

Comunidades querem transporte

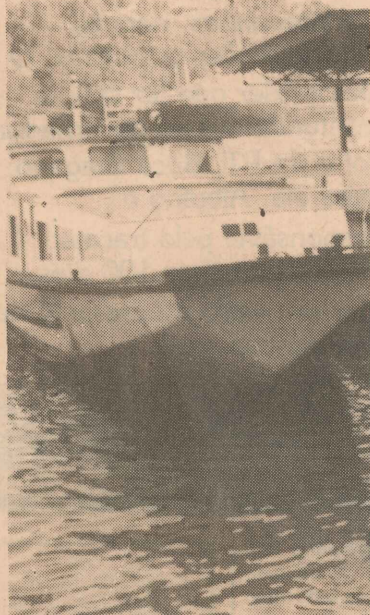
Foto de Gildo Loyola

A Secretaria dos Transportes durante os primeiros 100 dias do novo Governo resolver dois de seus problemas crônicos: a intervenção na viação Planeta, que se arrasta há 16 meses, e privatizar a operação das lanchas do Aquaviário. O setor nesta fase foi sacudido pela onda de protestos dos moradores da Serra contra a péssima qualidade do serviço dos ônibus e pelas greves (de cinco dias) dos motoristas e cobradores da Grande Vitória e do pessoal da Ceturb, que completa um mês. Os danos causados pelas enchentes, também, acabaram atrasando o plano de obras para as rodovias estaduais. Apesar de tudo, o secretário João Luiz Tovar, contabiliza um saldo positivo de sua gestão, ao anunciar que 90% de suas metas foram cumpridas.

Tovar acha que "impasses" jurídicos e de ordem burocrática dificultaram a solução do caso Planeta e os entendimentos com a Pisa Engenharia Transportes Montagens Ltda, que foi selecionada, em 11 de abril, para explorar o serviço do Aquaviário, mas até hoje não assinou o contrato com o Estado.

Para suspender a intervenção, prorrogada já por seis vezes, ele fixou o final do mês que vem como um novo prazo limite para colocar um ponto final nesta "novela" chamada Planeta, iniciada em 13 de fevereiro de 1990. A saída escolhida pelo Governo, para isto, é devolver o comando da viação a seus proprietários, que continuarão integrando o sistema de transporte coletivo. O problema todo é que o Estado terá que arcar com um débito financeiros, ainda não calculado, que fora produzido durante a intervenção, como querem os donos da empresa, que tem a frota de coletivos mais velha do sistema, com quase 15 anos de uso em média.

A situação não é menos complicada em relação ao Aquaviário, um sistema falido, onde o poder público injeta, mensalmente, mais de Cr\$ 11 milhões para bancar seus prejuízos. O "x" da questão é que a Pisa não aceita assumir o serviço operando no vermelho. O Estado, por sua vez, não quer



Aquaviário: sem definição

atualizar o pelo dos itens que compõe a planilha de custos do sistema, está desatualizado e se de cálculo dos preços das passagens das lanchas. Até porque, mexer na planilha, hoje, significa dizer que haverá aumento da tarifa, que varia atualmente de Cr\$ 80,00 a Cr\$ 120,00.

Tovar estuda quatro alternativas para o caso e, entre elas, estão as que prevêem que o Estado continue subsidiando as lanchas até o próximo aumento das passagens, embora o serviço fosse operado pela Pisa, como contou o secretário. Estas propostas polêmicas estão sendo analisadas juridicamente. A meta de Tovar é ver no dia 1º de julho a Pisa no Aquaviário.

Do plano de obras rodoviárias do DER, apenas a ponte de 70 metros sobre o rio Crubixá e um trecho de 25 quilômetros, ligando duas cidades foram concluídos. Foram reiniciadas outros sete empreendimentos e dois novos iniciados. Em contrapartida, 14 contratos novos, não previstos, foram assinados para recuperar pontes e rodovias, danificadas com as enchentes, totalizando 208,56 quilômetros de obras que já foram iniciadas.

Na área da Ceturb, não foram iniciadas as obras de construção do terminal urbano de passageiro de Campo Grande, em Cariacica. Isto porque a área onde a obra se-

rá erguida foi desapropriada pelo Estado. O Governo, já, depositou em juízo mais de Cr\$ 200 milhões pelo terreno, embora ainda não tenha conseguido a imissão de posse a ser dada pela Justiça para iniciar a obra. Dos 64 ônibus novos planejados dos tipos padron e "papa-fila", foram adquiridos pelas empresas do setor apenas 42 carros, sendo que, somente, 35 encontram-se em operação. Esta meta foi parcialmente cumprida, em virtude de problemas de financiamento e atraso no fornecimento dos coletivos por parte dos fabricantes, segundo Tovar.

A pavimentação de 20 quilômetros de vias públicas nos municípios de Viana e Cariacica não foi iniciada, como estava prevista, porque o Governo decidiu, em discussão com os moradores da região, refazer a programação feita pela Ceturb dos trechos que seriam beneficiados. O edital de licitação das obras, que passaram a ter 21,4 quilômetros, segundo Tovar, sairá no início do próximo mês. Os problemas enfrentados pela Ceturb, em Viana, em função do ineficiente serviço prestado pela Viação Vianense, foram resolvidos, em abril, com a entrada de uma nova empresa: a Santa Zita. E, no bairro das Flores, em Vila Velha, a reivindicação dos moradores foi atendida com a ampliação do número de coletivos que atende a região.

Além disso, foram integradas seis novas linhas aos terminais do Transcol. Quanto ao início da extensão do projeto Transcol nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares, planejado para os 100 dias, tovar disse que sua secretaria está em fase de assinatura de convênios com os municípios. A Ceturb e o Instituto Jones dos Santos Neves ficarão responsabilizados pela assessoria técnica ao pessoal do interior nesta atividade.

O processo discutiu melhorias para o serviço de transporte coletivo urbano. Dentro de 30 e 60 dias, as comissões, formadas por técnicos do Governo e empresários do setor, irão apresentar propostas para a área.